

Contra a cultura da violência

58.497 VÍTIMAS DE MORTES VIOLENTAS; 47.646 estupros; uma pessoa morta pela polícia a cada três horas. Os números do 9.º Anuário Brasileiro de Segurança Pública expressam uma realidade que tem impactado o país. No documento, também a percepção da população nacional sobre essas questões chama a atenção: metade dos residentes em grandes cidades acredita na máxima 'bandido bom é bandido morto'. O relatório preparado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – um grupo de lideranças e profissionais ligados a organizações policiais, secretarias de segurança pública, centros de pesquisa e organizações não governamentais – aponta também que 28% dos crimes violentos que resultam em morte acontecem nas capitais.

Para os porto-alegrenses, esse dado ganha ainda maior relevância com um conjunto de notícias que vieram a público em setembro passado: no primeiro fim de semana do mês, ocorreram 33 homicídios na cidade; um jovem foi morto

com 18 tiros no aeroporto Salgado Filho; e, para completar o cenário, o ranking colaborativo *Crime Index* colocou a cidade na 9.ª posição entre as mais violentas do mundo. A sensação da população local se agrava com o parcelamento dos salários dos policiais militares pelo governo estadual e com um inédito chamado da Força Nacional – um efetivo de 120 servidores chegou a Porto Alegre no final de agosto.

A partir desse contexto, o CADERNO JU apresenta reflexões de pesquisadores e profissionais de segurança que se dedicam a analisar o fenômeno da violência urbana e a possibilidade de paz por meio da segurança cidadã. Ainda, a reportagem traz iniciativas da Brigada Militar e da Guarda Municipal que buscam contribuir para esse processo por meio de ações que, menos usuais, podem ser mais eficazes no sentido de tornar a cidade menos violenta tanto em sua cultura quanto em seu cotidiano e, assim, contribuir para a redução dos índices de criminalidade.

TEXTO **EVERTON CARDOSO**

FOTOS **FLÁVIO DUTRA**



Com a incumbência de superar a visão pré-pronta de que o tráfico de drogas é a única causa da violência, a professora do Departamento de Sociologia da UFRGS Letícia Schabbach coordenou, na região Sul, um levantamento de dados quantitativos sobre o assunto. A partir de entrevistas com policiais, delegados, juizes, promotores, advogados de defesa, secretários municipais de segurança, integrantes de ONGs e conselhos de segurança, a equipe de pesquisadores levantou elementos sobre as características e motivações de mortes intencionais. No Rio Grande do Sul, as cidades estudadas foram a capital e mais três, todas com elevadas taxas de homicídios – o estudo foi organizado pelo Ministério da Justiça e incluiu outros 80 municípios no Brasil, investigados por outras equipes. “São Leopoldo tem apresentado uma elevação nos últimos anos. Isso envolve a crise da indústria calçadista, o desemprego e o tráfico de drogas. Alvorada tem a particularidade histórica de ser cidade dormitório. Teríamos que ter atenção especial para entender um pouco o que se passa. Canoas teve políticas de prevenção do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), o que já diminuiu o volume de homicídios. Em Porto Alegre, pela percepção dos informantes, a violência está relacionada ao crime organizado. Essas organizações têm se fortalecido no ambiente criminogênico do complexo prisional de alta segurança”, relata. Uma parte significativa dos entrevistados apontou a necessidade de se diferenciar quando o homicídio é relacionado diretamente com o negócio do tráfico – os envolvidos que participam da rede ou consomem – ou quando envolve relações próximas – familiares, amigos ou namorados, por exemplo. “A pessoa não participa diretamente, mas acaba entrando no conflito de alguma forma”, esclarece a também coordenadora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFRGS. Entre outras causas de homicídios citadas pelos entrevistados estão a violência das relações íntimas – entre familiares ou amigos –, a violência policial, os conflitos de trânsito e outros.

Cultura da violência – Para os pesquisadores e líderes do Grupo de Pesquisa em Violência e Cidadania, José Vicente Tavares dos Santos e Alex Niche Teixeira, a questão da violência está arraigada à cultura brasileira. “As pessoas têm a violência como orientadora. É uma violência difusa. Há um sentimento de vingança, em vez de uma expectativa de reparação por meio do Direito”, analisa José Vicente. O docente aponta, ainda, que essa é uma expressão do excesso de poder que permite ganho material ou simbólico. “Esse recurso é mostrado na televisão, está no imaginário. Precisamos de um trabalho de cultura da paz. Não é uma questão policial, nem jurídica, mas social”, pondera. Para Alex, há também uma dimensão do patriarcado e do machismo manifesta nessas relações violentas. “No tráfico, há muito acerto de contas que não é comercial, mas de honra, por problemas interpessoais entre os sujeitos vinculados a essas práticas. O homicídio aparece como demarcador de respeito e poder”, complementa.

Para ambos os pesquisadores – docentes do Departamento de Sociologia da Universidade –, a disponibilidade de armas de fogo é um facilitador para o acirramento dessa violência cotidiana e para desfechos letais. Alex aponta, ainda, uma tendência ao autoritarismo presente no contexto social brasileiro como um elemento que, juntamente com outros, contribui para uma tragédia urbana. Para tal, ele compara a realidade brasileira com a estadunidense e a suíça: nessas nações, os indivíduos podem ter armas, mas não há elevadas taxas de morte por conta disso. “A questão não é que esses estrangeiros sejam melhores que os brasileiros, mas sim que nesses países a arma está inserida num código de relação, numa relação de alteridade. Quem sou eu em relação a você? Quem é você em relação a mim?”, problematiza sobre um excesso nas relações que se manifesta, no Brasil, nas ruas, na política e em outros contextos, de forma generalizada.

Diante dessa realidade, então, surge uma questão central: como enfrentar esse problema. Segundo o levantamento feito por Letícia Schabbach, há reclamações marcantes entre os agentes ligados às forças policiais: falta de recursos e baixos salários levariam a uma desmotivação do efetivo. Além disso, transparece uma falta de articulação entre as diversas instâncias estatais que são responsáveis pelas políticas de segurança pública. Para Alex Niche Teixeira, não chega a se configurar um sistema, um circuito de segurança. “É cheio de falhas”, diz. Como sintoma disso acontece o que José Vicente Tavares dos Santos chama de “impunidade socialmente seletiva”: a maioria dos homicídios não é resolvida. “O Código de Processo Penal permite 40 recursos, mas quem é que tem capacidade de pagar 40 vezes um advogado? Por isso também é uma questão social”, detalha. Esse viés também se manifesta na própria população carcerária: em geral, os apenados vêm de territórios das grandes cidades em que o Estado está ausente ou chega de forma autoritária. “São medidas cosméticas”, dispara o docente. Outra consequência é um “populismo penal”, uma crença do senso comum de que a solução para a criminalidade é encarcerar. Com relação a esse assunto, Alex complementa: “Vemos crítica aos juizes que soltam presos”. Esse moralismo é, inclusive, usado como mercadoria política: há quem use essas visões distorcidas de segurança e política como forma de amealhar apoio popular. A saída, porém, deveria estar em acertos sociais para reduzir os homicídios e a violência. Como experiências nesse sentido, os professores e pesquisadores citam as Unidades de Polícia Pacificadora, do Rio de Janeiro, o programa Ceará Pacífico, e o Fica Vivo, de Belo Horizonte. Em comum, têm a busca por uma mobilização das populações de áreas violentas com vistas a um movimento de pacificação.

Pacifismo ativo – A cultura da paz, porém, é eclipsada pelo seu oposto, segundo o professor do Departamento de História da UFRGS Adolar Koch. “A violência pauta todos os noticiários, e a cultura da paz é muito diminuída. A sociedade, então, é tomada por um sentimento de defesa com relação à cultura da violência”, elabora. O docente, no entanto, enfatiza que a cultura

violenta é uma construção histórica: “Existe uma herança da cultura estadunidense, de banguê-banguê”. Essa liberdade que os cidadãos dos EUA têm para viver armados, porém, não seria possível no Brasil, já que aqui as pessoas, de modo geral, não são capacitadas para um uso adequado desses dispositivos letais. “Prevalece o clima emocional”, assevera. Ele ainda aponta a perspectiva capitalista neoliberal como uma causa para isso: os investimentos em segurança, educação e saúde são reduzidos e, se possível, terceirizados por meio de medidas como segurança privada, condomínios fechados e cercas: “É uma estratégia. Entrega-se para o comércio”. Como reversão desse quadro, Adolar sugere a tomada de um conceito do ativista indiano Mahatma Ghandi como referência: o “pacifismo ativo”. “A pessoa que se dedica à cultura de paz não fica parada, passivamente esperando. Trabalha na educação, divulga valores humanos. A cultura de paz pode ser trabalhada em termos de valores humanos em muitos lugares da sociedade. Assim, usa-se a força para divulgar a paz”, ensina. Mas lamenta: “O atual governo vê essa cultura como pouco importante”. Ainda assim, ele conta que há iniciativas de pacifismo ativo por parte de policiais e guardas: “Esses agentes trabalham para promover a mediação e a prevenção, mas o poder público não reconhece a atuação desses servidores”.

Dentre essas iniciativas isoladas por parte dos agentes policiais, Letícia Schabbach destaca, principalmente, a busca por uma visão mais ampla do fenômeno da violência, de uma atuação que transcenda a repressão e que inclua ações de prevenção. Segundo o relato da docente, no projeto de pesquisa que desenvolveu junto a essas autoridades, tal tendência fica bastante nítida nos territórios mais violentos de Porto Alegre – sobretudo nas regiões dos bairros Restinga, Cruzeiro, Lomba do Pinheiro e Rubem Berta. Em entrevistas com representantes comunitários dessas quatro localidades – que foram contempladas com programas federais de pacificação –, os pesquisadores se depararam com uma valorização de projetos que incluíam ações preventivas, como oficinas de capacitação para jovens e o treinamento de mulheres para atuarem na identificação, mediação e encaminhamento de conflitos. “Esses líderes lamentam que os projetos não tiveram continuidade. Em 2014, houve uma mudança de foco na política nacional de segurança, que passou a destinar mais recursos para policiamento, intervenções de fronteira e prevenção ao crack”, relata.

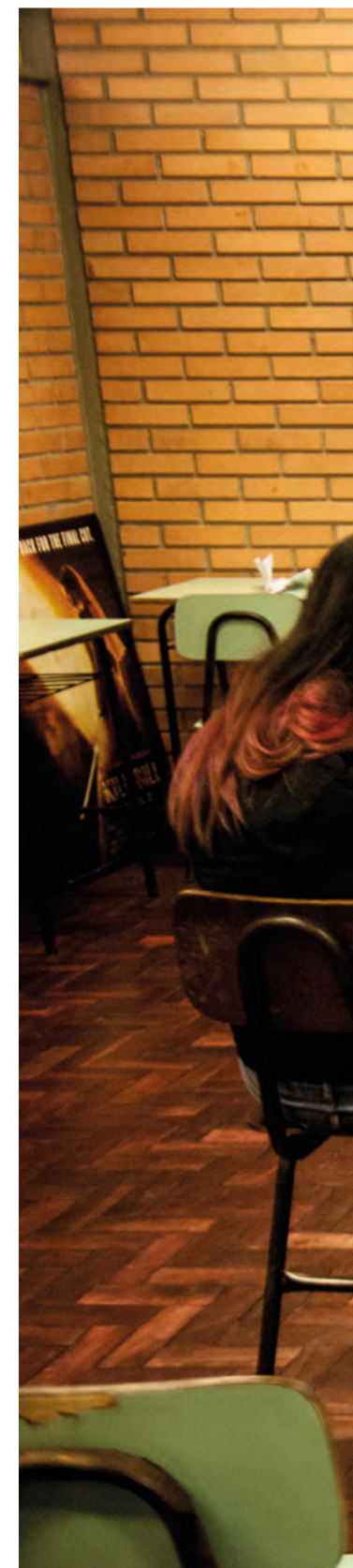
Ações preventivas – O tenente-coronel Egon Kvietinski atualmente está à frente do 20.º Batalhão da Brigada Militar, na Zona Norte da capital. Para o militar, a atuação dos agentes de segurança ostensiva deve estar relacionada à redução de oportunidades para criminosos. Como a área pela qual é responsável abrange 120 km² e uma população residente de cerca de 350 mil habitantes, isso demanda uma gestão bastante eficaz dos “parcos recursos administrativos” de que dispõe. Para além da repressão, no entanto, o comandante tem encabeçado ações que visam incentivar a população a ocupar o espaço público. “Fazemos uma reunião com determinada comu-

nidade, e eles elegem uma praça que vá receber a ação”, conta sobre um evento que inclui o embelezamento do local, ações educativas da Brigada Militar e serviços variados organizados pela comunidade – como doação de animais e venda de artesanato e comida. “Queremos, com isso, chamar as pessoas para a rua. Temos relatos de algumas que não iam para a praça na frente da residência havia mais de ano. Diziam que era lugar de drogaditos”, comenta sobre a iniciativa, que tem surtido efeito e que, em alguns bairros, já adquiriu autonomia. “Deixou de ser da Brigada, e eles assumiram o protagonismo. Esse era nosso objetivo”, avalia. Outra ação que envolve a comunidade é a criação de grupos no Whatsapp conectados com uma central 24h no comando do Batalhão. Dessa forma, as 500 pessoas cadastradas podem fazer denúncias e apresentar suas demandas à PM. O projeto torna mais direta a comunicação entre esses cidadãos – e, com eles, suas redes de relações – e os agentes que podem auxiliá-los. Dispensa o uso do serviço telefônico por meio do número 190. “Um dos indicadores de sucesso que a polícia usa, mas de difícil mensuração, é a satisfação da clientela atendida. Pelo aplicativo, temos feedback com emojis e mensagens de agradecimentos pelo trabalho. Chega a ser emocionante”, conta.

Educar e prevenir – Na Brigada Militar, o Major Fabiano Henrique Dorneles coordena o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd). A ação, baseada na atuação voluntária de policiais, inclui a ida desses profissionais a escolas para desenvolverem atividades com os alunos em sala de aula. Com atividades lúdicas e distribuição de material didático, pretendem atuar na formação de jovens que saibam tomar “decisões sadias”, não só no que se refere a drogas, mas também com relação a comportamentos violentos. “Essas crianças vão ter o exemplo de um policial amigo, que pode mostrar o caminho certo”, conta sobre um programa que tem, segundo ele, repercussão positiva. E completa: “Para os policiais, é como se eles aprendessem a usar uma arma não letal”.

Também a Guarda Municipal de Porto Alegre mantém um Núcleo de Ações Preventivas (NAP). De acordo com o integrante do projeto Régis Abrão Schuch, mesmo que a Guarda já tenha uma imagem associada à disponibilidade de serviços da Prefeitura – principalmente por meio das escolas e dos postos de saúde –, o NAP pretende aproximar mais os agentes da comunidade escolar, estabelecendo vínculos. “Vamos uniformizados, mas sem armas. É uma imagem do guarda comunitário parceiro, não como modelo repressivo”, diz. Em suas intervenções nas escolas municipais da capital, os agentes desenvolvem atividades que tratam de temas como preservação do patrimônio público, prevenção ao uso de drogas, bullying e deveres e responsabilidades previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. “Traçamos o triste caminho de um jovem em confronto com a lei e que leva até os aparelhos do Estado, como a Delegacia da Criança e do Adolescente e outros”, relata sobre uma dinâmica que inclui vídeos, debates e teatro de bonecos. Mas lamenta: “Somos só dois guardas para desenvolver esse trabalho”.

O guarda municipal Régis Schuch desenvolve ações preventivas em escolas da rede pública de Porto Alegre



“As pessoas têm a violência como orientadora. Há um sentimento de vingança, em vez de uma expectativa de reparação por meio do Direito”

José Vicente Tavares dos Santos
Grupo de Pesquisa em Violência e Cidadania





“Bandido bom é bandido morto, desde que não seja nosso filho”

Policial desde 1982, o **juiz-coronel Fábio Duarte Fernandes**, vice-presidente do Tribunal de Justiça Militar do RS, tem sólida formação na área de segurança pública. Mestre em Sociologia e especialista em Segurança Pública pela UFRGS, atuou como comandante da Brigada Militar em 2013 e 2014. Em entrevista ao JU, analisa questões relacionadas à segurança cidadã.

Qual é o papel das polícias, em especial da Polícia Militar?

É garantir direitos fundamentais, como segurança, capacidade de permanecer no território em que se estabelece vínculo, ir e vir, usar o espaço público e mesmo se manifestar. São efetivamente direitos à não violência. A polícia tem de ter capacidade de permitir que as pessoas ocupem o espaço público, por exemplo. Isso até mesmo por questões econômicas: a mobilidade movimenta a economia.

Como deve ser a preparação de um servidor policial para essa atuação?

Ele precisa entender que não é com violência que vai resolver conflitos sociais. O Brasil é um país violento. As pessoas resolvem seus conflitos com outros conflitos, não com diálogo, e isso mostra o quanto os princípios da democracia e dos direitos humanos não estão fortes na sociedade. Além disso, como temos troca de governo a cada quatro anos, mudam as diretrizes para as polícias. Embora a força policial seja um órgão de Estado e não de governo, ela ainda não atingiu uma autonomia nesse sentido. A democracia brasileira ainda não conseguiu dar às polícias uma autogestão, uma capacidade de governabilidade perene. No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, a Constituição Estadual diz que o governador é o comandante em chefe da Brigada Militar. Ele foi eleito com programa de governo, e isso tem impacto sobre a atuação da polícia. Na cabeça do servidor, é um mecanismo muito complexo. Uma hora tinha de fazer uma coisa e depois não pode mais. Por outro lado, o controle social sobre os policiais é rigoroso: eles sofrem cinco análises de seus atos por meio de sindicâncias e de processos na Justiça Militar. Não existe nenhuma instância vinculada à segurança pública em que o servidor passe por um escrutínio desses.

Como a questão dos direitos humanos permeia esse tema?

Eles nada mais são do que os direitos e as garantias fundamentais dispostos na Constituição Federal. Mas fechamos os olhos para os direitos dos presos, por exemplo. O direito fundamental é respeitar o indivíduo, reconhecer e compreender as diferenças. A polícia tem que atuar nisso. A sociedade, por sua vez, tem que entender que as pessoas todas são iguais no que se refere a direitos.

Como percebe a ideia do senso comum de que “bandido bom é bandido morto”?

Bandido bom é bandido morto, desde que não seja nosso filho. As pessoas não se dão conta de que a violência pode estar dentro de casa. Um pouco disso tem a ver com a atuação da imprensa, que contribui para um clima de violência e sedimenta a ideia de que bandido bom é bandido morto. Mas a questão é que se mata um, logo vem outro no seu lugar. Temos que atuar na raiz, criar oportunidades de emprego, renda, trabalho e

produção de cultura. Quando se faz vista grossa a um sujeito que é excluído socialmente, ele acaba assaltando para sobreviver. A sociedade tem que compreender que ela gera isso e que é responsável pelo que gera.

Como deve ser uma ideia de segurança pública, então?

Enquanto as pessoas não se derem conta de que o bom é não ter bandido, teremos essa distorção. A polícia tem a obrigação de cumprir esse papel, de ajudar o poder público a construir alternativas de inclusão. A PM tem programas sociais que também fazem o policial se aproximar da sociedade. Além disso, a polícia tem de ocupar os territórios mais violentos. Mas só isso não resolve: têm de entrar saúde, educação, geração de renda, cultura e lazer. A polícia deve garantir que esses sistemas entrem no território. Outra realidade é possível, mas é preciso mudar as relações entre as pessoas. Elas não nascem violentas, são fruto de um meio.

O sistema militarizado é adequado para a polícia?

É, sim, pois ele sofre um controle social muito forte. Além disso, a gestão militar é mais apropriada para o serviço de polícia ostensiva. O militar está na rua, em confronto direto. Ele tem, dentro de alguns parâmetros, permissão para matar uma pessoa. Além disso, militares não têm direito à greve, não se envolvem com sindicatos ou questões político-partidárias. E tem também a questão de hierarquia e disciplina.

Como se pode dar à população uma maior sensação de segurança?

A cobrança da presença de agentes policiais vem do desconhecimento que as pessoas têm. É uma questão de conciliar tecnologia de inteligência e monitoramento com ação policial. Se formos a outros países, não se vê agentes na rua, mas, quando acontece um crime, imediatamente a polícia está no local.

Qual a tua opinião sobre a presença da Guarda Nacional no RS?

Seria bom que resolvesse, mas isso efetivamente não vai solucionar. A Força Nacional foi constituída para capacitar policiais, para ter uma doutrina nacional. Os policiais dos estados receberiam dela uma capacitação de excelência e voltariam para os estados para serem multiplicadores desse conhecimento. A força se reuniria quando houvesse algum evento de grande porte ou terrorismo, por exemplo. Com os problemas diversificados no país, foi se alargando esse conceito inicial, e ela foi atuando em problemas pontuais. O RS nunca tinha solicitado apoio, o que quebra um paradigma. Mas esses agentes não são daqui, não conhecem o território, têm até de se adaptar ao clima. Seria mais vantajoso para o estado que se contratasse maior contingente para a Brigada. Torço para que dê certo, mas é um remédio que não vai atender à doença, efetivamente.